

SOCIALISMO E MERCADO*

Adolfo Sanchez Vásquez **

É certo que, sob o capitalismo, predominam as relações mercantis: produz-se para o mercado e consome-se através dele. Porém, as relações mercantis não são exclusivas do capitalismo. Delas existem outras formas históricas, desde a antigüidade grega. São propriedades das relações mercantis capitalistas, por outro lado, a sua extensão e generalização.

Sob o impulso da ofensiva neoliberal, assistimos em nossos dias a uma verdadeira mistificação do mercado. Ele não só é exaltado como o único instrumento racional para harmonizar o comportamento dos agentes econômicos (a famosa "mão invisível"), como também é apresentado como fundamento da liberdade e da democracia e, até mesmo, da justiça.

Teria sentido, hoje em dia, quando crescem as vozes que o mistificam - e que são as mesmas que sentenciam o fim do socialismo - colocar-se a questão das relações entre o socialismo e mercado? Se bem que colocá-la pressupõe - apesar do desmoronamento do "socialismo real" - não admitir que existe o fim do socialismo; entendendo-o, desta forma, como

uma sociedade mais justa, sem opressão, nem exploração e onde os homens dominem as suas condições de existência. E, a respeito deste socialismo, é menos importante questionar se nele existe ou não lugar para o mercado e qual seria o seu lugar, a sua natureza ou o seu alcance. Porém, deve ficar claro que a questão formulada - pelos dois termos que ela envolve - deve ser abordada não só do ponto de vista da racionalidade ou da eficiência, mas também dos princípios da igualdade, liberdade e justiça, sem os quais é inconcebível uma sociedade socialista.

Capitalismo e socialismo

Procurando responder à nossa questão, não podemos deixar de ter presente a experiência histórica que nos oferecem os dois sistemas "realmente existentes": o capitalismo, com sua economia de mercado, e o chamado *socialismo real*, com sua economia estatizada e centralizada. A sorte do mercado, num ou noutro sistema, é diametralmente oposta, ainda que no primeiro seja prioritário e dominante, ele é excluído ou minimizado no segundo. Daqui têm sido tiradas, com certa precipitação, duas conclusões: o capitalismo identifica-se com o mercado e o socialismo com sua negação.

Como em todas as propostas esquemáticas, aqui também existe a meia verdade que, como todas as outras, torna-se falsidade. Existe, certamente, uma inegável relação entre o capitalismo e o mercado, que Marx investigou a fundo em *O Capital*; da mesma forma que existe uma relação entre socialismo e planificação, apontada também por Marx. Porém, em ambos os casos, não se trata de uma identificação, porque nem

tudo é mercado no capitalismo; com nem tudo é planejamento no socialismo. Por outro lado, nem todo mercado tem sido historicamente capitalista, com nem toda planificação tem de assumir forçosamente o caráter integral e absoluto que sempre teve no "socialismo real" a menos que se estabeleça um sinal de igualdade entre o socialismo e o "socialismo real".

Determinações históricas

É certo que, sob o capitalismo predominam as relações mercantis: produz-se para o mercado e consome-se através dele. Porém, as relações mercantis não são exclusivas do capitalismo. Delas existem outras formas históricas desde a antigüidade grega. São propriedades das relações mercantis capitalistas, por outro lado, a sua extensão e generalização. Tudo tende a estar sob a lei do mercado e, portanto, a existência também. Dentro destas relações mercantis, neste mercado específico, ou seja, do trabalho, em virtude de que nele se compra e se vende esta mercadoria específica, que é a força-de-trabalho. Admitindo que o capitalismo contenha esta tendência de generalizar a relação mercantil e que seja inconcebível, mesmo assim, sem a especificidade que dá a esta relação a força-de-trabalho como mercadoria, pode-se afirmar que ela se identifica com o vasto mercado em que, dada a generalização e a expansão já apontadas, a sociedade se converte cada vez

* Traduzido de *El Socialismo del Futuro* (n° 3, 199) por Edsel O. Brito.

** Filósofo, professor da Universidade Nacional Autónoma do México. Autor de extensa obra, muitas das quais publicadas no Brasil, como *A filosofia da práxis*.

mais. ("A riqueza das sociedades em que impere o regime capitalista de produção aparece-nos como um imenso armazém de mercadorias". Marx, *O Capital*). Porém, como parte deste "imenso armazém", é esta mercadoria essencial, que não pode ser encontrada em outros sistemas de produção. A força-de-trabalho e o capitalismo identificam-se com este mercado específico.

O mercado, na sua forma capitalista, vez por outra é exaltado em nossos dias, por sua racionalidade econômica e instrumental; ou seja, como o mecanismo mais eficiente de captação de recursos. Nesta exaltação, são esquecidas as falhas do mercado, não só com respeito aos princípios de igualdade e de justiça, mas em nome da separação radical do econômico e do político, ou dos conceitos de existência e de valor. Ou seja: da destinação dos recursos e da sua distribuição, mas também no que se refere à eficiente destinação deles. (Julio Segura, "Competência, mercado e eficiência", em *Claves*, nº 9). Entretanto, ao enfatizar as vantagens do mercado, enquanto regula e acrescenta a eficiência econômica, deixam-se de lado as necessidades últimas às quais ele serve. Certamente, dado que as forças sociais que dominam o mercado são as mesmas que controlam os meios de produção, as necessidades às quais responde em definitivo o mercado são as mesmas que impõem a apropriação privada dos referidos meios. Isto determina que, por sua vez, ao generalizar-se e estender-se a toda a classe de bens - tudo o que tenha valor de uso possa converter-se em valor de troca - exclua o acesso a certos bens ou permita, em condições de desigualdade, aos setores mais desprotegidos economicamente da sociedade. O mercado é fonte de egoísmos, desigualdades e injustiças. Porém isto não inquieta os economistas neoliberais; pelo contrário, as desigualdades e as injustiças são, inclusive, bem-vindas, já que eles as consideram não como um acidente, do qual se poderia responsabilizar o próprio mundo, mas como uma necessidade, para assegurar a sua eficiência econômica. E não só isto, mas também como garantia necessária da "liberdade política", ou da "igualdade perante a lei", dos que necessariamente são desiguais no mercado. As vantagens deste não são estritamente econômicas; são também políticas e sociais, uma vez que garantem não só a liberdade política,

mas que o mercado, por sua natureza, constitui uma forma de "democracia da propriedade privada", expressão de Mead que inclui um pensador distanciado do neoliberalismo como Rawls (*Teoria da Justiça*, edição espanhola do Fundo de Cultura Econômica, México-DF, p. 312) aceita e como aceita ainda, entre as suas vantagens, a soberania que nele exercem os consumidores ao dirigirem suas preferências na produção de bens (ibid., p. 308). Certamente, é costume fazer muito alarde desta vantagem do mercado, sobretudo quando se faz abstração das condições em que se encontram os consumidores. Na verdade, esta soberania que o mercado possibilita só pode ocorrer se se fizer a inversão da verdadeira relação, própria do capitalismo, entre produção e consumo. E, portanto, ignorando o papel determinante do primeiro termo, passando por alto que, ainda mais em nossa época, as preferências dos consumidores são determinadas não por suas próprias e autênticas necessidades, mas pelas necessidades alheias e induzidas artificialmente dos detentores dos meios de produção.

Limites do livre-mercado

Do ponto de vista capitalista, ou seja, dos interesses das forças sociais que dominam o mercado, este funciona tanto melhor quanto melhor realize a sua tendência de generalizar-se ou de expandir-se e, portanto, a não se deter frente a nenhum bem (público ou privado) que possa converter em mercadoria. Como conseqüência, é tanto mais eficiente quanto menores sejam os controles ou as intervenções externas que a sua generalização ou expansão tenha de enfrentar. Por isso, o mercado ideal com que sonha o neoliberalismo tem como pilares: 1) a afirmação e extensão crescentes do seu império (nenhum bem lhe é indiferente), e 2) a negação ou a redução ao mínimo, em nome da liberdade individual, de todas as formas de controle ou de intervenção. Pois bem, o mercado capitalista - não o ideal, mas o que realmente existe - não alcança nunca e nem pode alcançar uma autonomia ou um autocontrole absolutos. Conhece controles ou intervenções de vários tipos, como os seguintes: 1) o conjunto de regras ou de normas jurídicas que regulam e protegem a relação mercantil, assim como as medidas que o Estado adota para garantir e asse-

Nem mesmo um liberal tão zeloso como Hayek pode ignorar que o mundo do mercado (cosmos) tem de dispor de um conjunto de regras de direito (nomos), ainda que para ele exista uma racionalidade inferior, a respeito daquela superior, do mercado.

gurar o funcionamento normal do mercado. O mercado não tem uma ordem espontânea ou auto-suficiente, onde tudo se mova por uma "mão invisível" - pois não há mercado sem a "mão invisível" do Direito e do Estado, que o regulam e o protegem; 2) limitação à competência ou aos controles impostos por monopólios e multinacionais, na medida em que concentram neles a apropriação privada dos meios de produção. Pois bem, estes controles ou limitações, longe de entrarem em contradição com os fins do mercado capitalista - a acumulação de benefícios - permite ao sistema cumpri-los mais plenamente; 3) restrições no mercado nacional, ainda que esteja proposto o "livre mercado" para o internacional. Assim, os Estados Unidos restringem ou cortam seus mercados com os países latino-americanos, ainda que exija deles a abertura dos seus; 4) limites à tendência generalizante e expansionista do "mercado livre", ao subtrair dele certos bens públicos (saúde, educação, proteção ao meio ambiente, etc.) para satisfazer determinadas necessidades sociais. Trata-se da política social que alcança seus mais altos objetivos com o *Estado do Bem-Estar*. Dela se beneficiam os setores da população mais carentes, econômica e socialmente, o que provoca a hostilidade das forças sociais que vêem neste esbanjamento um freio para a eficiência e a rentabilidade do mercado. Pois bem, esta política social de marca social-democrática é desenvolvida na forma intocável de acumulação capitalista e só pode se manter por meio de um sistema que absorva os custos sociais que ele contém ou enquanto renda certo be-

Quaisquer que sejam as vicissitudes do mercado sob o capitalismo, não se pode negar esta sua dupla face: a da eficiência - sem esquecer das suas falhas - na destinação de recursos e a de mecanismo que fomenta a desigualdade, o egoísmo e a injustiça na sua distribuição.

nefício - paz, tranqüilidade social - para este processo de acumulação.

Neoliberalismo

Vemos, pois, que o mercado não é tão "livre", uma vez que está sujeito a intervenções, regulamentos ou limitações de diversos tipos ou de origens distintas. Não é, portanto, uma ordem natural, espontânea. Nem mesmo um liberal tão zeloso como Hayek pode ignorar que o mundo do mercado (cosmos) tem de dispor de um conjunto de regras de direito (nomos), ainda que para ele exista uma racionalidade inferior, a respeito daquela superior, do mercado. Por outro lado, toda distribuição que, em nome da justiça, recorra a uma ordem ou centro consciente, não fará mais que perturbar o funcionamento regular e espontâneo do mercado. A superioridade desta ordem "natural" sobre o exterior ou intencional (taxis) reside na sua capacidade informacional, que permita a cada qual orientar-se até o que considere bom. É o dinamismo próprio do mercado e não uma apelação a algum centro orientador ou algum objetivo global (bem comum, justiça social) o que relaciona cada um com o bem e o que confere e o que sanciona a quem, ao não saber ler a informação adequada, não se atendo às suas exigências. Hayek, neste ponto, esquece-se de que esta virtude do mercado - ao permitir ao consumidor que leia esta informação, que expresse as suas preferências - se tenha orientado pela propaganda ou pela publicidade, quer dizer, por certa intervenção de fora.

Em suma, a "fetichização" neoliberal do mercado conduz a que se considere como nociva qualquer intervenção exterior, particularmente a do Estado e, em consequência, toda intenção de planificação econômica. Por ele, já desde 1944, vê em tudo o "caminho da servidão", expressão com que deu título a um dos seus primeiros livros. E quando se aceita a existência do Estado mínimo, compatível com a liberdade, a função que o caracteriza é reduzida - como a reduz Nozick - a proteger o que nos pertence legitimamente.

Igualdade e justiça

Quaisquer que sejam as vicissitudes do mercado sob o capitalismo, não se pode negar esta sua dupla face: a da eficiência - sem esquecer das suas falhas - na destinação de recursos e a de mecanismo que fomenta a desigualdade, o egoísmo e a injustiça na sua distribuição. Se uma ou outra face é privilegiada, chega-se a conclusões diametralmente opostas. No primeiro caso, consagra-se por sua eficiência e se exclui ou se ignora todo apelo de um princípio de igualdade ou justiça que, do exterior - quer dizer, de uma instância central ou estatal - só viria, como sustenta Hayek, a perturbá-la. E, no segundo caso, se sataniza o mercado pela desigualdade e injustiça que gera e se exalta sobretudo a intervenção estatal ou a planificação, a partir de um centro que garantisse a igualdade e a justiça, negadas no caso anterior. Ambas as conclusões, por serem absolutas, excludentes e unilaterais, são inaceitáveis. A racionalidade econômica não é - mais exatamente não deve ser - incompatível com a justiça. Por sua vez, esta requer como condição necessária a racionalidade econômica que se coloca de imediato na eficiência. Porém, neste caso, *semelhante racionalidade* não se daria somente na dinâmica interna e auto-suficiente do mercado, senão que estaria também em certo controle de planificação que, sem prejuízo da sua eficiência, asseguraria fins comuns ou necessidades sociais.

Finalidades sociais

Agora, se o capitalismo identifica-se com o mercado, entendido este na sua forma específica, própria, qual seria a relação entre mercado e socialismo.

Teria sentido falar de um "socialismo de mercado"? E mais: se o tem, de que mercado estaríamos falando? Obviamente não poderia ser o mercado autônomo e onipotente, na sua forma capitalista, com que o liberalismo pretende garantir a exploração do homem pelo homem. A relação entre socialismo e mercado seria, pelo contrário, de exclusão mútua, em cujo caso o socialismo se identificaria com a sua supressão e com a opção excludente e unilateral pela economia estatizada e a planificação absoluta e integral?

Para responder a estas questões deve-se partir de certa idéia de socialismo, por mínima que seja, como alternativa ao capitalismo. Sem nos embaraçarmos na complexa tarefa de defini-lo por um conjunto de traços, podemos dizer que se trata de uma sociedade na qual seus membros controlam as suas existências em condições de igualdade, liberdade e democracia. Nesta sociedade, o primeiro plano é ocupado pelos valores de cooperação e solidariedade entre os indivíduos e que são anulados pelo egoísmo que o mercado gera. O socialismo coloca em primeiro plano os valores da cooperação e da solidariedade entre os indivíduos, valores esses negados pela sua atomização no mercado. Porém, o mercado não faz deles absolutos arrebatados, já que, de certa maneira, os associa e vincula. Não, na verdade, como seres sociais, propriamente humanos e, sequer, como cidadãos; mas como seres abstratos, ou melhor, abstraídos da sua totalidade humana e social. Ou seja: como proprietários do produto do trabalho e como consumidores deles ou então se trata do mercado específico trabalhista, como compradores ou vendedores da força-de-trabalho.

Ainda que sob o capitalismo a associação do mercado se opere no plano do "homus economicus", sob o socialismo a associação dos produtores tem de rebaixar este plano abstrato e responder às finalidades sociais, que deixa de fora o "mercado livre". Daí a necessidade de impor limites, de controlá-lo e de submetê-lo a certa planificação ou intervenção estatal, para atender às necessidades sociais que o mercado capitalista não atende em absoluto, ou não atende satisfatoriamente. Agora, a intervenção do Estado não deve assumir forçosamente a forma que tem assumido nos países do "socialismo real". A planificação ab-

solata, própria de uma economia integral e estatizada, não responde às necessidades da sociedade, senão àquelas da classe dirigente - burocracia do Estado e do Partido. E, na prática, não só tem se mostrado incompatível com os princípios de justiça social, inseparáveis do socialismo, mas que tem resultado ineficiente e inferior, com respeito à racionalidade econômica do mercado capitalista. Isto significa que, à vista da experiência histórica com que brindam o mercado e o planejamento sob o capitalismo e nas sociedades não capitalistas, mas também pouco socialistas dos países do Leste, encontramos-nos diante de um dilema: "mercado livre" com planificação, intervenção estatal ou auto-regulamentação do mercado?

Colocado o problema nestes termos, uma opção exclui a outra: ou bem mercado generalizado, autônomo e que exclua toda regulamentação ou intervenção estatal; ou bem a regulamentação do Estado onipotente, que impede qualquer resquício de relações mercantis. Ou ainda: racionalidade econômica, que exclui a justiça, o controle integral, burocrático e depois resulte não só ineficiente como injusto. Pois bem, este dilema é inaceitável para o socialismo, desde o momento em que seu projeto de emancipação há de conjugar a eficiência econômica com os princípios que lhe são consubstanciais, de democracia, liberdade e justiça. A solução deve ser buscada, portanto, não na exclusão de um termo ou de outro, senão na submissão de ambos - mercado e planejamento - às decisões da sociedade. Portanto, nem mercado autônomo com respeito às necessidades sociais e nem plano integral por cima ou contra os interesses, as necessidades e as decisões da sociedade.

Contenção democrática

Se se parte do projeto de emancipação, o socialismo é incompatível com o mercado generalizado, que tem como objetivo não o bem-estar social, mas a obtenção de benefícios e a reprodução do sistema que possibilite acumulá-los. Porém, o socialismo é também incompatível com a economia estatizada e com a planificação integral, que tem por finalidade assegurar o poder político de uma nova classe - a burocracia - e reproduzir o sistema que lhe permita exercer o poder. Assim, se descartarmos o dilema

de "mercado livre", auto-regulado, ou intervenção irrestrita do Estado, mediante planejamento integral, a prioridade do mercado ou do planejamento passa à coletividade que, ao submeter com suas decisões a um e a outro, determina a relação entre ambos. O problema das relações entre o mercado e o plano converte-se, assim, no problema da participação necessária da sociedade, para submeter a ela tanto o mercado como o plano. Agora, a natureza e o alcance desta participação não pode ser separada do tipo de sociedade em que se dá: de suas relações de propriedade, de classe e do tipo de Estado que lhe corresponde.

O capitalismo afirma a autonomia do mercado e, através dele, limita a intervenção e a regulamentação que entre em contradição com suas relações de produção. O que não significa que também estabeleça limites à auto-regulamentação do mercado, para melhor assegurar os fins do sistema ou que, no quadro deste, subtraia às leis do mercado - como o Estado do Bem-Estar o tem tentado - certos bens para encobrir as injustiças, a propósito do acesso a eles. No "socialismo real", justamente pela natureza do sistema que tem como seu cerne a propriedade estatal absoluta sobre os meios de produção, torna-se impossível a participação democrática da sociedade no controle do plano que rege toda a vida econômica. Porém, a alternativa a este plano, que exclui toda democracia não é o "mercado livre" capitalista, já que por sua natureza ele não pode ser democrático, pois, na competência que lhe é certamente inerente, dominam os economicamente mais fortes. Por mais avançada que seja a democracia formal, política, de "um homem = um voto", ela se detém diante das portas do mercado, onde o poder de um só homem pode se impor ao de centenas ou de milhares. Porém, sob o "socialismo real", a planificação absoluta, que só conhece as decisões da burocracia, é antidemocrática de um modo absoluto.

O socialismo tem de resgatar o valor da democracia real, efetiva, nas relações da sociedade com o mercado e com o plano. Não pode ser instalado, sob o ponto de vista da onipotência do plano ou da intervenção estatal. Não se trata, por ele, de manter com uma roupagem socialista um velho dilema, ao procurar substituir o "socialismo do Estado" por um "socialismo do mercado".

Controle social

Consideradas, desta perspectiva, as relações entre plano e mercado, entre auto-regulamentação e intervenção estatal, o projeto socialista exige abolir - e não somente corrigir - as relações mercantis capitalistas, ainda que não suprimir a forma de mercado. Esta se conserva sob o socialismo, ainda que sem adotar o caráter generalizado e prioritário que ele tem na sua forma capitalista. Porém, admitir o mercado assim mesmo significa admitir a necessidade de certa intervenção central ou estatal e de uma planificação democrática, para assegurar a satisfação de necessidades sociais básicas. Trata-se, pois, de vincular mercado e plano, porém, esta vinculação só poderá responder a uma finalidade social comum se a sociedade controlar a um e a outro. E estabelecer entre ambos a adequada relação mútua. A sociedade, no seu conjunto, que determina mediante suas diversas normas de democracia (política e econômica - parlamentarista ou autogestionária), não só a natureza e o alcance da planificação, senão também o caráter e os limites do mercado, assim como as relações mútuas entre ambos. Naturalmente, estas relações pressupõem que nem o plano e nem o mercado podem ser absolutos, onipotentes.

Esta conjunção de socialismo e mercado, que propugnamos como parte integrante do projeto socialista de emancipação, não deixa de ser tão utópica como o projeto mesmo. Utópica, certamente, no sentido de idéia não realizada e que, por valiosa, necessária e possível, desejamos realizar. O que agora existe ou tem existido é o mercado na sua forma capitalista (seja prioritário ou regulado no *Estado do Bem-Estar*) como a intervenção do Estado (relativa, no capitalismo, ou absoluta, no "socialismo real"). Porém, o socialismo do futuro tem de admitir um mercado até agora inexistente que, para corresponder às finalidades, relações de propriedade e estrutura da nova sociedade se conjugue e se complemente com a intervenção estatal. Enfim, a questão da natureza e dos limites do mercado no socialismo não está tanto em suas relações com o plano, como "mercado determinado", segundo a expressão de Gramsci, mas no seu controle, junto com o plano, pelo conjunto da sociedade.